

### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

# SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CDC AO PL Nº 1.550, DE 2019

(Apensados: PL nº 11.068/2018, PL nº 134/2019, PL nº 1.622/2019, PL nº 2.309/2019, PL nº 3.524/2019, PL nº 4.303/2019, PL nº 5.811/2019, PL nº 802/2019, PL nº 3.912/2021, PL nº 2.866/2022, PL nº 1.025/2023 e PL nº 2625/2023)

Altera as Leis nºs 12.291, de 20 de julho de 2010 e 13.146, de 5 de julho de 2015, para dispor sobre a oferta de informações em formato acessível às pessoas com deficiência.

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010, que torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, e a Lei n.º 13.146, de 5 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para oferta de informações de consumo em formato acessível às pessoas com deficiência visual e para regular seu atendimento presencial em serviços públicos e privados.

Art. 2º Inclua-se o seguinte parágrafo único ao art. 1º da Lei n.º 12.291, de 20 de julho de 2010:

| `Art. 1º |  |
|----------|--|
|          |  |
|          |  |

Parágrafo único. Os estabelecimentos mencionados no caput são obrigados igualmente a disponibilizar formas de acesso





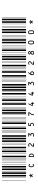


## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

virtual à integra do Código de Defesa do Consumidor que atenda as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade garantidas à pessoa com deficiência". (NR)

Art.  $3^{\rm o}$  O §  $2^{\rm o}$  do art. 69 e o parágrafo único do art. 74 da Lei  $n^{\rm o}$  13.146, de 5 de julho de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

| `Art. 69. |             |
|-----------|-------------|
|           |             |
|           |             |
|           |             |
|           | • • • • • • |
|           |             |







#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

| § 2º Os fornecedores de produtos e serviços devem disponibilizar, mediante solicitação, bulas, prospectos, textos, formulários, cardápios, listas de produtos e serviços, preços, tarifas, e quaisquer outras informações essenciais ao cidadão, ao usuário ou ao consumidor com deficiência que atenda as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade, nos termos de regulamentação." (NR) |
|--|
|  |
| "Art. 74.  |
|  |
| § 1ºOs estabelecimentos públicos e privados que empreguem o sistema de senha para atendimento ao público ficam obrigados a disponibilizar senhas impressas com tecnologia assistiva compatível às pessoas com deficiência e a utilizar avisos sonoros.   |
| § 2º Poderão os estabelecimentos mencionados no parágrafo anterior proporcionar, como medida alternativa a utilização de avisos sonoros, o atendimento prioritário e personalizado, que deverá acompanhar a pessoa com deficiência do início até a   |

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão em 20 de setembro de 2023.

Deputado **JORGE BRAZ** Presidente





conclusão do atendimento." (NR)